

Retomada do crescimento da indústria química marca seminário em Brasília

A indústria química brasileira tem condições de voltar a crescer. A matéria prima abundante e competitiva, um mercado crescente e a indústria química forte são o tripé da afirmação apresentada no seminário **“A Indústria Química e Petroquímica Brasileira: Conceitos, Desafios e Oportunidades”**, realizado na terça-feira (14/10), no auditório do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), em Brasília (DF).

O objetivo do seminário foi ampliar o conhecimento sobre os conceitos e características dos atores e os desafios de competitividade dessa cadeia produtiva, que tem conexão com praticamente todos os setores industriais. O evento, realizado pela Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim) em parceria com o MDIC, teve a participação de gestores públicos federais, representantes da cadeia produtiva e do poder Legislativo.

O presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Competitividade da Cadeia Produtiva do Setor Químico, Petroquímico e Plástico do Brasil, deputado federal Vanderlei Siraque (PT/SP), participou do seminário. **“A retomada do**



Cerimônia de abertura do seminário no auditório do MDIC

crescimento da indústria química é fundamental pela sua importância na economia brasileira, em 2013, o segmento criou 390 mil empregos diretos e 2 milhões de empregos indiretos”, explicou o parlamentar. Segundo ele, existem questões específicas do setor químico que reduzem a competitividade dos principais subsetores, e foram identificadas no estudo **“Oportunidades de Diversificação da Indústria Química Brasileira”**. O trabalho foi patrocinado pelo Banco

Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e integra desde 2012 o Plano Brasil Maior, que tem por objetivo defender e tornar mais competitiva a indústria brasileira diante do mercado internacional.

Siraque disse que países com a indústria química desenvolvida como Alemanha, China, EUA, Coréia do Sul e Japão foram beneficiados por políticas públicas no passado para fomentar o seu crescimento. **“O auxílio governamental garantiu os fatores de produção críticos, como disponibilidade de matéria-prima, investimentos em infraestrutura e ambiente regulatório adequado”,** disse o parlamentar.

Câmara dos Deputados aprova MP nº 651 que traz incentivo ao setor produtivo

A Câmara dos Deputados aprovou na terça-feira (14/10), em votação simbólica, a Medida Provisória (MP) 651/14 que traz uma série de medidas de incentivo ao setor produtivo. A principal delas torna permanente a desoneração da folha de pagamentos de contratação de pessoal. O texto aprovado reduz permanentemente a tributação da folha dos atuais 20% para 1% ou 2%, dependendo do setor. Estão incluídos ainda setores que

não foram abrangidos pelas medidas anteriores de desoneração. O deputado federal Vanderlei Siraque (PT/SP), presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Competitividade da Cadeia Produtiva do Setor Químico, Petroquímica e Plástico do Brasil participou ativamente do processo das negociações para a aprovação da MP.

A MP retoma o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para Empresas Exportadoras (Reintegra), ampliando restituição da tributação paga pelos exportadores para a Receita Federal de até 3% para até 5%. O texto prevê também a reabertura do prazo para adesão ao Programa de Recuperação Fiscal (Refis), tanto para empresas quanto para pessoas físicas. A adesão poderá ser feita até 15 dias depois que o projeto de lei proveniente da medida provisória for sancionado pela presidenta Dilma Rousseff.

Os deputados aprovaram ainda a ampliação do prazo para o fim dos lixões e instalação de aterros sanitários para até 2018. A ampliação integrava uma lista de 11 artigos retirados aprovados na comissão mista que analisou a medida e que foram retiradas pelo presidente Henrique Eduardo Alves por serem considerados estranhos ao tema original da MP.

A aprovação do texto-base da MP foi possível graças a um acordo de líderes que garantiu a matéria ser votada por consenso. Porém o acordo abrangia somente o texto base da MP que recebeu ainda sete emendas e quatro destaques, o que gerou desgaste e discussão entre os parlamentares.

O líder do governo, deputado Henrique Fontana (PT-RS),



O presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo

Fontana alegou que, durante a reunião de líderes, foi acordado que não haveria a apresentação de destaques. **“O que nós acordamos foi que aprovaríamos o texto base, sem destaques, e que qualquer aperfeiçoamento poderá ser feito quando a medida for para o Senado. Os destaques podem alterar a essência do texto e perderemos todo o trabalho de consenso que foi construído”,** disse Fontana.

O líder do PMDB na Câmara, Eduardo Cunha (RJ), rebateu Fontana. Segundo ele, o entendimento foi contrário e possibilitava a apresentação de destaques. Um dos pontos de divergência da aprovação foi uma emenda proposta pelo PMDB que obriga as empresas de médio porte (com valor de mercado inferior a R\$ 700 milhões) com capital aberto na Bolsa de Valores a divulgar seus balanços em jornais de grande circulação, mas de maneira resumida.

O relator da MP, deputado Newton Lima (PT-SP), criticou a aprovação. Segundo ele, a medida vai onerar as médias empresas. **“O texto original busca reduzir os custos e um deles é as empresas terem que publicar no Diário Oficial e nos grandes jornais os balancetes, que é o que a Lei de Sociedades Anônimas pede, queríamos eliminar essa obrigação e reduzir esse custo”,** disse Lima.

Temendo que novo entrave impedisse a conclusão da votação, Alves sugeriu que os líderes tentassem chegar a um acordo. Após debaterem, os parlamentares optaram por retirar do texto outro ponto divergente, que permitia à Advocacia-Geral da União (AGU) desistir de ações e fazer acordos entre o governo e o devedor nas causas de até R\$ 500 mil para as dívidas não tributárias com autarquias e fundações públicas federais.

Em seguida, os deputados rejeitaram duas emendas e concluíram a votação da MP. A sessão foi encerrada e as votações deverão ser retomadas na semana que vem. O texto segue agora para o Senado, onde precisa ser aprovado antes do dia 6 de novembro, quando perderá a eficácia por decurso de prazo. **(Com informações da EBC)**